

Deputados tinham seguro milionário

Segundo Vereza, benefício existente há 12 anos fazia a Assembléia gastar R\$ 2,36 milhões por ano

RADANEZI AMORIM

O presidente da Assembléia Legislativa, Cláudio Vereza (PT), apontou ontem que um contrato milionário de seguro de vida para ex-deputados e parlamentares da ativa fazia a Casa gastar R\$ 2,36 milhões por ano pelo benefício. Há oito anos no Legislativo, Vereza disse nunca ter ouvido falar no seguro. Ele avaliou que o contrato era superfaturado.

A Assembléia desfez o acordo com a empresa AGF Brasil de Seguros, assinado em 1991. Em caráter emergencial, a seguradora foi substituída pela Executivo Seguros S.A., que cobrou R\$ 420 por segurado. Com o novo contrato, a Casa terá uma economia de cerca de 77%, apontou Vereza.

Segundo o diretor-geral do Legislativo, João Luiz Paste, será aberta uma concorrência pública para escolher uma nova seguradora. O contrato em caráter emergencial com a Executivo Seguros tem validade de seis meses.

De acordo com Vereza, a lei estadual 3.603/83 determina a obrigatoriedade do pagamento do seguro. O benefício era gerenciado pelo antigo Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais (IPDE). Após a extinção do Instituto, a responsabilidade do seguro ficou a cargo Assembléia.

Mercado

O presidente da Assembléia explicou que o contrato tinha um valor excessivamente superior ao cobrado pelo mercado. "O valor estava superfaturado; 77% a mais do que o mercado pode oferecer", avaliou.

Vereza disse que não cabe ao Legislativo investigar os

termos do contrato. A atribuição, explicou, é do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas.

Ele lembrou que o novo contrato prevê a mesma cobertura que o acordo anterior, com valores inferiores. Os 110 segurados contam com seguro para morte natural, morte acidental, invalidez, além de despesas médico-hospitalares por acidente.

O deputado disse só ter tomado conhecimento do benefício depois de ter assumido a presidência do Legislativo. "Alguma coisa havia a esconder. Nunca recebi um documento, um cartão, uma apólice", assinalou. Ele lembrou já ter um seguro de vida privado.

Funcionários

Os servidores da Assembléia também tinham direito a um seguro de vida, segundo Vereza. O benefício, entretanto, não é determinado por lei. Segundo Vereza, o contrato também foi suspenso para ser reavaliado e será aberta licitação para encontrar valores de acordo com o mercado.

Segundo Vereza, as medidas fazem parte da política de corte de gastos. O presidente da Assembléia explicou ainda que a Casa já suspendeu o contrato com a Associação Representativa dos Funcionários do Legislativo (Arsal), reduziu as verbas com diárias, patrocínios e publicidade, além de gratificações indiscriminadas.

Cerca de 80% de economia foi gerada com os cortes na verba de patrocínio, segundo o diretor da Casa, João Luiz Paste. Está sendo feito um levantamento do total economizado até agora. Os valores devem ser divulgados em maio.



Carlos Alberto da Silva

Parlamentares desconhecem o benefício

Além do presidente do Legislativo, Cláudio Vereza (PT), outros deputados com mais de um mandato disseram desconhecer o benefício do seguro de vida. Eles também se mostraram surpresos e afirmaram ter planos de previdência privados.

O deputado Gilson Amaro (sem partido) relatou já ter ouvido comentários na Assembléia Legislativa sobre o seguro, mas disse nunca ter procurado se informar sobre o assunto. "Nunca soube a quantidade deste seguro e não recebi nenhum documento durante os quatro anos", alegou Amaro, que está no segundo mandato na Casa.

O deputado Sérgio Borges (PMDB), também em novo mandato, não sabia da existência do seguro. "Se existe, deveriam informar. Nunca tive conhecimento", disse surpreso.

Outro que negou conhecer o benefício foi o parlamentar José Esmeraldo (PFL). Também reeleito para um segundo mandato, ele afirmou que teve conhecimento da existência de um seguro de vida para os deputados. Entretanto, como nunca obteve acesso a mais documentos sobre o assunto, também não procurou se informar. "Nunca me interessei por saber o procedimento administrativo para requerer o seguro", explicou Esmeraldo.

Privados

Como Vereza, os três deputados relataram já ter planos privados de seguro de vida. "Tenho um seguro de pequeno valor no Banestes"

Surpreso

Vereza revela que, apesar de aparecer na lista de 110 segurados, nunca soube do benefício: "Não recebi um documento, um cartão, uma apólice"

Veraza disse que não cobrará ao Legislativo investigar os

zados aqui agora. Os valores devem ser divulgados em maio.

Contrato de aluguel de veículos é refeito

A Assembléia Legislativa vai alugar veículos Santana, Parati e Pólo, para uso dos deputados. Os parlamentares também terão cota de até 400 litros de combustível por mês. Se o limite for ultrapassado, deverá ser coberto pelo próprio deputado. Segundo o diretor-geral da Assembléia Legislativa, João Luiz Paste, a medida visa a disciplinar o uso de veículos na Casa. "Havia um tratamento desigual entre os parlamentares, não havia controle", explicou.

O Legislativo assinou um contrato com a empresa Vix Locadora e Transportes, para o aluguel de 30 veículos, pelo prazo de oito meses, a partir deste mês. O valor total do acordo foi fixado em R\$ 402,9 mil, com parcelas mensais de R\$ 50,3 mil.

Segundo a subdiretora da Assembléia, Lísia Mendes, até o ano passado, não havia uma disciplina quanto ao número de veículos alugados. Um levantamento

da subdireção apontou que, entre agosto e dezembro do ano passado, a Casa gastou R\$ 255 mil com combustível, uma média de R\$ 50 mil em cinco meses.

Abastecimento

De acordo com a subdiretora, com a fixação de uma cota mensal de combustível, os gastos devem cair para R\$ 30 mil mensais. A Mesa Diretora publicou um ato na quarta-feira regulamentando o uso dos veículos. O abastecimento será feito em postos de combustíveis com os quais o Legislativo tenha contrato.

Outro ato da Mesa Diretora publicado na quarta-feira fixa cotas para os gastos de telefonia, correspondências e cópias reprográficas. Os gastos mensais com essas despesas não podem ultrapassar a 25% dos R\$ 9,5 mil recebido por cada deputado. Os gastos estão limitados a 11% com telefone; a 10% com correspondência; e 4% com cópias.

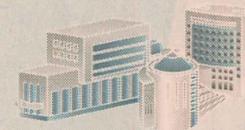
Surpreso

Veraza revelou que, apesar de aparecer na lista de 110 segurados, nunca soube do benefício: 'Não recebi um documento, um cartão, uma apólice'



Os cortes

A Assembléia Legislativa cancelou um contrato de seguro de vida para os 80 ex-deputados estaduais e os 30 parlamentares da atual legislatura. A obrigatoriedade do benefício é determinada pela Lei Estadual 3.603/83. Veja mais detalhes da economia gerada para o Legislativo:



Como era



Seguro de vida	
110 beneficiados	
Por mês	Por ano
R\$ 197,18 mil	R\$ 2,36 milhões
O contrato com uma empresa de seguros vigorava desde 1991	

Como ficou

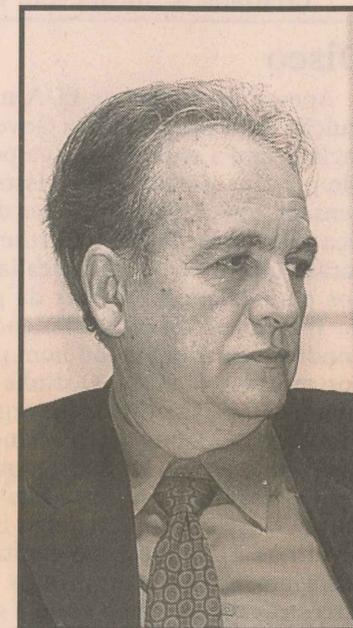
Com a contratação de outra seguradora em caráter emergencial, a Assembléia pagará, por até 6 meses, R\$ 420 por segurado	Valor para os 110 segurados
	Por mês
	R\$ 46,2 mil
	Por ano
	R\$ 554,4 mil

Economia para o Legislativo	
R\$ 1,34 mil por segurado	
Esses cortes alcançam	
Por mês	para 110 segurados
R\$ 150,9 mil	
Por ano	A redução foi de
R\$ 1,8 milhão	77%

Cobertura	
Morte natural	R\$ 90 mil
Morte acidental	R\$ 299 mil
Despesas médicas hospitalares por acidente	R\$ 3 mil
Segundo informações da Assembléia Legislativa, o valores da cobertura são os mesmos que do antigo contrato, embora a assinatura mensal seja menor	

nos privados de seguro de vida. "Tenho um seguro de pequeno valor no Banestes", disse Amaro, que não revelou o valor de seu benefício.

Veraza explicou ontem que, quando o Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais (IPDE) foi desativado, alguns parlamentares buscaram outros seguros e não aderiram ao benefício gerido pela Assembléia. Por isso, segundo ele, nem todos os ex-parlamentares têm direito ao seguro de vida.



Crédito da foto
Legenda